

BOLETIM ESPECIAL

SUSTENTABILIDADE 2026



NAVEGAR RUMO A UM
FUTURO SUSTENTÁVEL

IBDO

EDITORIAL

O Dia Nacional da Sustentabilidade é uma oportunidade para olhar para o ponto em que estamos - enquanto empresas, instituições e sociedade - e, sobretudo, para o caminho que ainda temos de percorrer.

A sustentabilidade deixou de ser uma agenda paralela ou um território reservado a especialistas. Hoje, cruza estratégia, competitividade, inovação, compliance, gestão de risco, financiamento, talento, responsabilidade social e confiança.

Este Boletim Especial procura precisamente refletir essa evolução. Ao longo das várias notícias e artigos, abordamos temas que demonstram como a sustentabilidade entrou numa fase mais exigente e mais concreta: a passagem da intenção ao impacto, evidenciada pelo Sustainability Survey 2026 da BDO; a revisão do enquadramento europeu de reporte e due diligence, marcada pelo pacote Omnibus e pela simplificação das ESRS; o papel dos incentivos verdes na transição climática e energética; as novas exigências associadas ao CBAM; e a crescente importância da credibilidade das alegações ambientais no contexto dos green claims.

Nesta edição, daremos também destaque a casos concretos e recentes

de clientes nossos que têm vindo a desenvolver iniciativas relevantes nas várias dimensões ESG - ambiental, social e de governação. Estes exemplos mostram que a sustentabilidade se constrói no terreno, através de decisões de investimento, projetos de descarbonização, práticas de responsabilidade social, melhoria de processos, inovação, transparência e reforço dos modelos de governação. Mas quisemos também trazer para este boletim a voz de quem, em Portugal, tem contribuído de forma ativa para estruturar, mobilizar e acelerar esta agenda. As entrevistas a responsáveis de três das principais associações ligadas à sustentabilidade - o BCSD Portugal, o GRACE e a APEE - enriquecem esta edição com perspetivas complementares sobre responsabilidade empresarial, ética, colaboração, impacto, competitividade e transformação. Das suas reflexões resulta uma mensagem comum: a sustentabilidade só cria valor quando é integrada no modelo de negócio, assumida pela liderança e traduzida em decisões concretas.

Na BDO, esta visão tem também expressão interna. A aprovação, este ano, da nossa Estratégia de Sustentabilidade representa um passo relevante na consolidação de uma abordagem mais integrada, estruturada e orientada para o impacto. A par da Política de Responsabilidade Social Corporativa, reforça o compromisso da BDO em alinhar a sua atividade com princípios de ética, integridade, desenvolvimento das pessoas, inclusão, proximidade às comunidades e criação de valor sustentável para clientes, colaboradores e demais stakeholders.

Mais do que assinalar uma data, este boletim pretende contribuir para uma reflexão prática sobre o papel das organizações na construção de uma economia mais resiliente, transparente e responsável. Ao combinar análise regulatória, tendências de mercado, entrevistas institucionais e exemplos concretos de empresas que estão a atuar nas diferentes dimensões ESG, procuramos mostrar que a sustentabilidade é hoje menos sobre declarações de intenção e mais sobre governação, evidência, coerência e capacidade de execução. É nesse espaço - entre a ambição e o impacto - que se joga a credibilidade das empresas e a sua capacidade de preparar o futuro.

GONÇALO RAPOSO CRUZ
CEO | SENIOR PARTNER



O ESG TORNOU-SE UMA MATÉRIA DE GOVERNAÇÃO, ENVOLVENDO DIRETAMENTE AS ÁREAS DE COMPLIANCE, JURÍDICO, GESTÃO DE RISCO, CONTROLO INTERNO E AUDITORIA INTERNA.

Durante vários anos, o ESG foi predominantemente associado à sustentabilidade, à responsabilidade social corporativa e à comunicação institucional. Muitas empresas encaravam estas matérias como iniciativas voluntárias, frequentemente geridas por equipas de sustentabilidade ou de comunicação, com um foco relevante na reputação e na imagem corporativa.

Contudo, a evolução recente do enquadramento europeu demonstra que o verdadeiro desafio já não reside apenas no reporte de informação ESG. A própria União Europeia reconheceu a necessidade de equilibrar os objetivos de sustentabilidade com a competitividade das empresas, tendo aprovado em 2026 o denominado **Pacote Omnibus**, que simplificou determinadas obrigações de reporte e de due diligence em matéria de sustentabilidade, reduzindo encargos administrativos e concentrando as exigências mais rigorosas nas organizações de maior dimensão.

Paradoxalmente, esta simplificação regulatória não diminuiu a importância do ESG. Pelo contrário. Ao reduzir o foco na produção massiva de informação e ao privilegiar uma abordagem mais baseada na materialidade e no risco, o Omnibus veio reforçar a ideia de que o ESG não deve ser encarado como um

exercício burocrático de compliance documental, mas sim como um tema de governação, controlo interno, gestão de risco e tomada de decisão.

Hoje, o ESG deixou de ser apenas uma questão de posicionamento empresarial para se tornar uma matéria de governação, gestão de risco, controlo interno e compliance. As organizações já não são avaliadas apenas pelos resultados financeiros que apresentam, mas também pela forma como gerem os seus impactos ambientais, sociais e de governação, pela robustez dos seus processos de decisão e pela capacidade de demonstrar que aquilo que comunicam ao mercado corresponde efetivamente às suas práticas.

CRISTINA SOUSA DIAS
HEAD OF ADVISORY



DA VOLUNTARIEDADE À OBRIGATORIEDADE

A principal razão para esta mudança é a evolução do enquadramento regulamentar.

A União Europeia tem vindo a desenvolver um conjunto abrangente de normas destinadas a promover uma economia mais sustentável e transparente. A CSRD introduziu requisitos de reporte de sustentabilidade significativamente mais exigentes, obrigando as empresas abrangidas a divulgar informação detalhada sobre riscos, impactos, políticas, objetivos e indicadores ESG. Esta informação deve ser produzida de acordo com normas específicas e sujeita a processos formais de validação e assecuração.

Importa, contudo, notar que as recentes iniciativas de simplificação adotadas pela União Europeia não representam um recuo na agenda ESG. Através do denominado **Pacote Omnibus**, aprovado em 2026, a União Europeia procurou reduzir a complexidade regulatória, os encargos administrativos e o impacto das obrigações de reporte e de due diligence sobre empresas de menor dimensão, preservando simultaneamente os objetivos fundamentais de transparência, sustentabilidade e responsabilização corporativa. Na prática, a mensagem para as empresas é clara: menos burocracia não significa menos responsabilidade. O foco passa a estar menos na produção massiva de

informação e mais na capacidade das organizações para identificar, gerir e demonstrar adequadamente os seus riscos e impactos ESG.

Paralelamente, a Diretiva relativa ao dever de diligência em matéria de sustentabilidade veio reforçar a responsabilidade das organizações na identificação e mitigação de impactos ambientais e de direitos humanos ao longo das respetivas cadeias de valor. Perante este enquadramento, o ESG deixou de ser uma opção estratégica para passar a constituir uma obrigação empresarial cada vez mais sujeita a supervisão, monitorização e responsabilização.

O ESG É, CADA VEZ MAIS, UMA QUESTÃO DE RISCO

As empresas começaram igualmente a perceber que muitos dos riscos mais relevantes do futuro têm uma forte componente ESG.

Eventos climáticos extremos, restrições regulatórias, falhas na cadeia de abastecimento, escândalos de corrupção, violações de direitos humanos, práticas laborais inadequadas ou alegações ambientais enganosas podem originar perdas financeiras significativas, sanções regulatórias e danos reputacionais duradouros.

A gestão destes riscos exige metodologias, controlos e mecanismos de monitorização semelhantes aos utilizados noutras áreas tradicionais de compliance.

Por essa razão, as funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante na implementação das políticas ESG. O seu objetivo não é apenas garantir o cumprimento das obrigações legais, mas também assegurar que os riscos são identificados, avaliados, mitigados e monitorizados de forma adequada.

O DESAFIO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Outro fator que aproxima o ESG do universo do compliance é a crescente importância da fiabilidade da informação divulgada.

Historicamente, muitas métricas de sustentabilidade eram apresentadas de forma voluntária e sem mecanismos robustos de validação. Atualmente, os investidores, financiadores e reguladores exigem informação comparável, consistente e suportada por evidências.

A pergunta deixou de ser “temos dados ESG?” para passar a ser “como sabemos que estes dados são corretos?”. As organizações necessitam agora de

definir responsabilidades, implementar controlos, criar trilhos de auditoria e garantir a rastreabilidade da informação reportada. Em muitos casos, os indicadores ESG exigem níveis de rigor semelhantes aos aplicados à informação financeira.

Esta evolução representa uma mudança cultural profunda, aproximando o reporte ESG dos princípios clássicos de controlo interno e compliance.

O COMBATE AO GREENWASHING

Talvez nenhum tema demonstre melhor a transformação do ESG numa matéria de compliance do que o combate ao greenwashing.

Durante anos, muitas organizações comunicaram compromissos ambientais ambiciosos sem critérios claros de validação. Contudo, a crescente preocupação das autoridades europeias com alegações ambientais enganosas levou ao reforço das regras aplicáveis à comunicação de sustentabilidade. A Diretiva (UE) 2024/825 introduziu medidas específicas destinadas a proteger os consumidores contra práticas comerciais enganosas relacionadas com alegações ambientais e rótulos de sustentabilidade.

Consequentemente, as empresas passaram a necessitar de processos formais para verificar a consistência das mensagens divulgadas ao mercado.

Já não basta afirmar que um produto é sustentável ou que uma operação é neutra em carbono. É necessário demonstrar, documentar e evidenciar essas afirmações.

Em muitas organizações, esta atividade passou a envolver diretamente as áreas de Compliance, Jurídico, Gestão de Risco e Auditoria Interna.

A CADEIA DE VALOR DEIXOU DE ESTAR FORA DO PERÍMETRO DE CONTROLO

Durante décadas, as empresas concentraram os seus sistemas de controlo essencialmente nas operações internas. Hoje, essa abordagem é insuficiente.

Uma parte significativa dos riscos ESG encontra-se na cadeia de fornecimento e nos parceiros de negócio. Questões relacionadas com direitos humanos, condições de trabalho, riscos ambientais, corrupção ou práticas de negócio pouco éticas podem afetar a reputação e o valor de uma organização, mesmo quando ocorrem fora do seu controlo direto.

As novas exigências europeias reforçam precisamente a necessidade de uma abordagem baseada na due diligence e na avaliação dos riscos presentes na cadeia de valor.

Como consequência, muitas organizações passaram a implementar processos de avaliação de fornecedores, cláusulas contratuais

ESG, mecanismos de monitorização e procedimentos de remediação, aproximando ainda mais o ESG das práticas tradicionais de compliance e gestão de risco.

O PAPEL DA GOVERNAÇÃO

A transformação do ESG num tema de compliance também decorre da crescente responsabilização dos órgãos de gestão.

Os reguladores, investidores e restantes stakeholders esperam que os conselhos de administração assumam um papel ativo na supervisão das matérias ESG, garantindo que estas são integradas na estratégia empresarial e nos processos de decisão.

O ESG deixou de ser um tema operacional para se tornar uma responsabilidade de governação.

As organizações mais maduras já não tratam sustentabilidade, risco, compliance e governação como temas separados. Pelo contrário, integram estas dimensões num único modelo de gestão, com responsabilidades claras, mecanismos de controlo, indicadores de desempenho e processos regulares de monitorização.

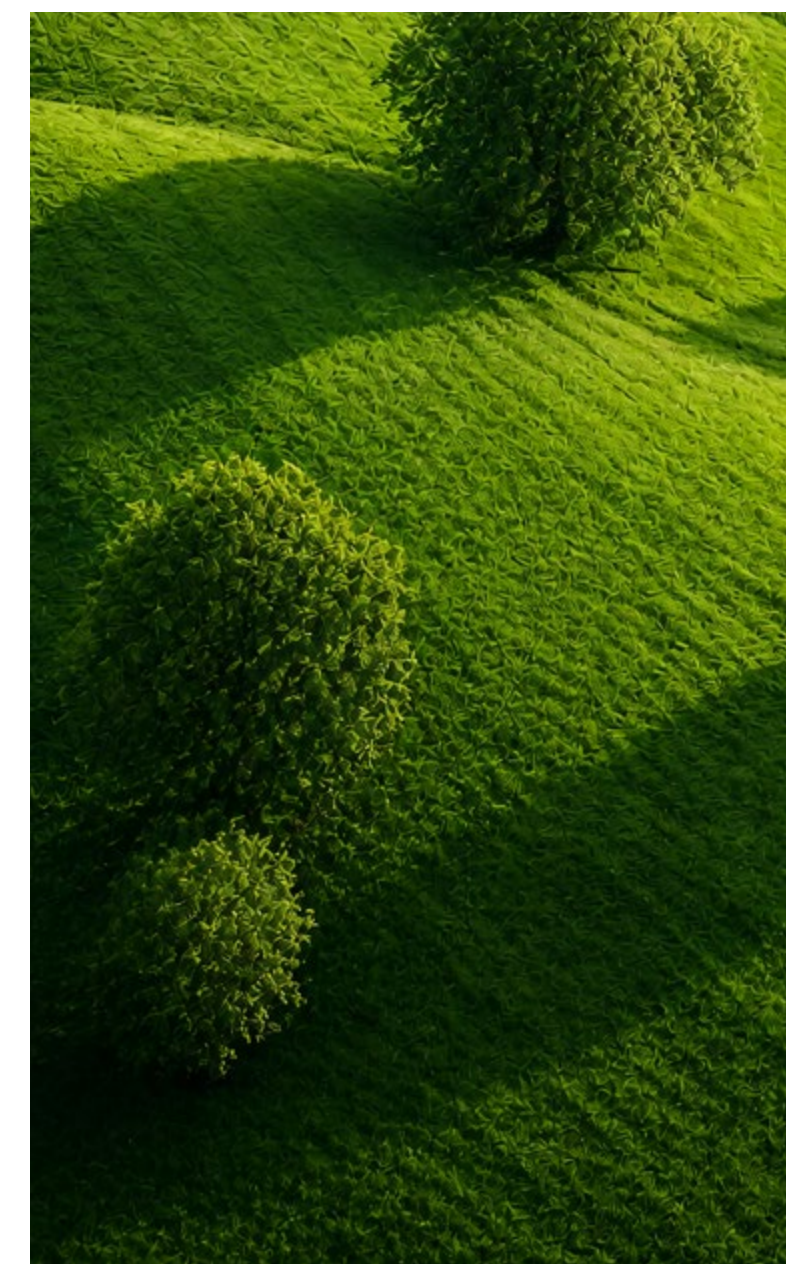
Neste contexto, as funções de Compliance, Gestão de Risco e Auditoria Interna assumem um papel particularmente relevante. Enquanto a gestão operacional é responsável pela implementação das políticas e controlos, estas funções asseguram a monitorização independente, a avaliação da eficácia dos mecanismos existentes e a promoção da melhoria contínua do sistema de governação ESG.

CONCLUSÃO

A verdadeira transformação do ESG não resulta apenas da pressão regulatória ou das exigências dos investidores. Resulta da crescente perceção de que as questões ambientais, sociais e de governação podem afetar diretamente o desempenho, a reputação, a capacidade de financiamento e a sustentabilidade económica das organizações.

Paradoxalmente, a recente simplificação regulatória promovida pela União Europeia veio tornar esta realidade ainda mais evidente. Ao reduzir a carga burocrática associada ao reporte e ao concentrar as exigências na gestão efetiva dos riscos e impactos mais relevantes, o Pacote Omnibus reforçou uma mensagem fundamental: o valor do ESG não está na quantidade de informação produzida, mas na capacidade da organização para demonstrar que gere adequadamente os seus riscos, impactos e compromissos.

Por essa razão, o ESG deixou de ser apenas um tema de sustentabilidade. Hoje, é uma matéria de compliance porque exige políticas, controlos, monitorização, evidência, responsabilização e supervisão contínua. E é precisamente esta mudança de paradigma que distingue as organizações que apenas cumprem requisitos formais daquelas que utilizam o ESG como uma verdadeira ferramenta de gestão, criação de valor e reforço da confiança dos seus stakeholders.



Auditar para gerar confiança, também na sustentabilidade

A sustentabilidade está a transformar a forma como as organizações medem o seu desempenho, avaliam os seus riscos e comunicam com os seus stakeholders. Esta transformação está também a ampliar o papel da Auditoria, aproximando duas dimensões que durante muito tempo foram tratadas separadamente: a informação financeira e a informação não financeira (neste caso, informação de sustentabilidade). Neste novo contexto, o papel do auditor mantém a sua essência: avaliar criticamente a informação e reforçar a confiança de quem a utiliza.

O Guia de Sustentabilidade 2026 da CMVM constitui, neste âmbito, um importante instrumento de sistematização das regras e das expectativas de supervisão nas diferentes áreas do mercado de capitais, abrangendo também a atuação dos auditores. O Guia reconhece a crescente integração entre informação financeira e informação de sustentabilidade, a maior relevância do reporte voluntário num contexto de

redução do âmbito de aplicação da CSRD e, sobretudo, a importância da qualidade, fundamentação e atualidade da informação divulgada ao mercado. A CMVM associa ainda o papel do auditor à transparência e fiabilidade do reporte e à confiança dos stakeholders, destacando as exigências de qualidade, ética, independência e competências específicas inerentes à garantia de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade.

Para a Auditoria, esta transformação representa uma evolução natural do seu papel. A informação financeira e a informação de sustentabilidade estão progressivamente mais interligadas e a sua análise não pode ser feita de forma isolada. Riscos climáticos, compromissos ambientais, impactos sociais ou objetivos de sustentabilidade podem refletir-se nas estimativas e pressupostos financeiros e, em última análise, na própria leitura da posição e do desempenho das organizações.

Neste contexto, a verificação independente da informação de sustentabilidade acrescenta uma dimensão essencial: credibilidade. Os referenciais de assurance de sustentabilidade colocam particular ênfase na qualidade da evidência, nos critérios utilizados e na independência do auditor, elementos centrais para a confiança na informação reportada. O Guia da CMVM destaca neste contexto a ISSA 5000, cujo objetivo passa

precisamente por aumentar a confiança de investidores, reguladores e outras partes interessadas na informação de sustentabilidade.

O futuro será, por isso, cada vez menos o de duas realidades separadas, auditoria financeira de um lado e sustentabilidade do outro, e cada vez mais o de uma visão integrada da organização, dos seus riscos e da informação que apresenta à sociedade.

É precisamente aí que a experiência, o ceticismo e o julgamento profissional do auditor continuarão a fazer a diferença.

Porque, independentemente da natureza da informação que auditamos, a essência da nossa profissão permanece a mesma: gerar confiança.



ANA GABRIELA ALMEIDA
HEAD OF AUDIT

BDO International lança Sustainability Survey 2026: da intenção ao impacto

Este relatório analisa a maturidade das organizações em sustentabilidade, com conclusões relevantes para a Europa e para as empresas portuguesas.

A BDO International lançou este mês a segunda edição do seu **Sustainability Survey**, este ano sob o mote *From Intent to Impact*. O estudo global analisa a forma como as organizações estão a evoluir nas suas jornadas de sustentabilidade e em que medida conseguem transformar ambição, compromissos e iniciativas em resultados concretos, mensuráveis e integrados na gestão do negócio.

Com base em **251 respostas recolhidas em 41 países**, incluindo Portugal, o relatório apresenta uma visão abrangente sobre maturidade, prioridades e capacidade de implementação em matéria de sustentabilidade. A principal conclusão é clara: a sustentabilidade está hoje mais presente nas estruturas organizacionais,

nos processos de governação e no diálogo com stakeholders, mas continua a existir uma distância relevante entre a intenção estratégica e a capacidade de execução.

A nível global, o estudo demonstra que as organizações já reconhecem a importância da sustentabilidade e, em muitos casos, dispõem de conhecimento e competências de base. O desafio está agora em reforçar a liderança, clarificar responsabilidades, melhorar a qualidade dos dados e assegurar que os programas de sustentabilidade são acompanhados por mecanismos sólidos de gestão, reporte e monitorização de impacto. A dificuldade em medir e acompanhar resultados surge como um dos principais obstáculos, confirmando que a sustentabilidade entrou numa

fase mais exigente: deixou de ser apenas uma questão de compromisso e passou a exigir disciplina operacional, informação fiável e integração efectiva nos processos de decisão.

Na **Europa**, as conclusões assumem particular relevância. A região apresenta níveis de maturidade relativamente elevados, influenciados por um contexto regulatório mais desenvolvido e por maiores exigências em matéria de reporte, transparência e compliance. No entanto, esta maturidade não significa que o caminho esteja concluído. Pelo contrário, o estudo mostra que muitas organizações europeias se encontram numa fase crítica de transição: da resposta regulatória e do reporting para uma abordagem mais estratégica, operacional e orientada para a criação de valor.

Entre as organizações europeias inquiridas, **a governação e as práticas empresariais éticas** surgem como a principal prioridade de sustentabilidade. Este resultado confirma que, para muitas empresas, a sustentabilidade depende cada vez mais de liderança, accountability, processos de decisão claros, políticas consistentes, gestão de riscos e supervisão ao nível dos órgãos de gestão. A sustentabilidade não é percebida apenas numa lógica ambiental, mas como uma agenda ampla, que integra ética, transparência, práticas laborais, diversidade, impacto nas comunidades, utilização eficiente de recursos e redução de emissões.



“Organisations understand the importance of sustainability with most having the knowledge and capability. They require stronger leadership and more accountability at board level, clearer ownership of sustainability programmes and better data to turn ambition into measurable outcomes.”

O relatório destaca ainda que, na Europa, continua a existir uma necessidade relevante de apoio em matérias como **compliance regulatório**, desenvolvimento ou refinamento da estratégia de sustentabilidade, recolha e reporte de dados, financiamento de iniciativas e envolvimento dos colaboradores e stakeholders. A capacidade de incorporar a sustentabilidade nas decisões do dia a dia - incluindo compras, operações, investimento, inovação e gestão de talento - será determinante para transformar planos e compromissos em impacto real.

Para as empresas portuguesas, estas conclusões são particularmente oportunas. Num contexto marcado por crescente exigência regulatória, pressão das cadeias de valor, expectativas dos financiadores e maior escrutínio dos stakeholders, a sustentabilidade deve ser encarada não apenas como uma

obrigação de reporte, mas como um instrumento de gestão, diferenciação e resiliência.

Com este estudo, **a BDO reforça o seu compromisso em apoiar as organizações** na evolução das suas agendas de sustentabilidade - ajudando-as a passar da intenção à implementação e da implementação ao impacto.

Descarregue o relatório [aqui](#).

JORGE CASTANHEIRA ALVES
PARTNER | SUSTAINABILITY & EQS



O Ponto de Situação da Sustentabilidade na Europa e Portugal

Uma Análise das Reformas Omnibus, da Simplificação das Normas ESRS e das Linhas de Orientação da BDO.



ENQUADRAMENTO GERAL E O PACOTE DE SIMPLIFICAÇÃO EUROPEU (OMNIBUS I)

A União Europeia encontra-se num processo de revisão do quadro de reporte e dever de diligência em sustentabilidade. A CSRD, Diretiva (UE) 2022/2464, entrou em vigor em 5 de janeiro de 2023 e determinou que as primeiras empresas abrangidas reportassem sobre o exercício de 2024, em relatórios publicados em 2025. Em 26 de fevereiro de 2025, a Comissão Europeia apresentou o primeiro pacote Omnibus de simplificação. As alterações legislativas finais foram publicadas no Jornal Oficial da União Europeia em 26 de fevereiro de 2026 através da Diretiva (UE) 2026/470, de 24 de fevereiro de 2026.

A Diretiva (UE) 2026/470 entrou em vigor em 18 de março de 2026. O ato altera as Diretivas 2006/43/CE, 2013/34/UE, (UE) 2022/2464 e (UE) 2024/1760 quanto a determinados requisitos de relato de sustentabilidade e de dever de diligência. A Diretiva não altera diretamente, por si só, o Regulamento da Taxonomia da UE nem o CBAM; esses domínios foram objeto de medidas ou propostas próprias no contexto mais amplo da agenda Omnibus.



AS ALTERAÇÕES DE ÂMBITO DA CSRD E CSDDD PELA OMNIBUS I

A Diretiva (UE) 2026/470 determina a restrição do âmbito das obrigações de relato previstas na CSRD, cabendo aos Estados-Membros assegurar a respetiva transposição para o direito nacional nos prazos estabelecidos. A determinação do âmbito aplicável a cada organização exige a consideração conjunta da respetiva categoria, dos limiares, da estrutura do grupo e das regras específicas para empresas de países terceiros.

Abaixo apresenta-se uma síntese dos principais limiares constantes do quadro regulatório. A tabela não substitui a análise jurídica do articulado aplicável a cada entidade:

DIRETIVA / NORMA	LIMIARES ORIGINAIS (CSRD/CS3D)	NOVOS LIMIARES (OMNIBUS I - 2026)	IMPLICAÇÕES PRÁTICAS PRINCIPAIS
CSRD (EMPRESAS DA UNIÃO EUROPEIA)	Grandes empresas que cumpram dois de três critérios: >250 trabalhadores, >50M€ volume negócios, >25M€ balanço ativo.	Mais de 1.000 trabalhadores, em média, durante o exercício e volume de negócios líquido superior a 450 milhões de euros.	Exclui as empresas de média-grande dimensão das obrigações diretas de reporte corporativo, restringindo o âmbito regulatório.
CSRD (EMPRESAS DE PAÍSES TERCEIROS)	Grupos não-EU com volume de negócios consolidado na UE >150M€ e pelo menos uma filial/sucursal qualificada.	Empresa de país terceiro com volume de negócios líquido superior a 450 milhões de euros na União Europeia em cada um dos dois últimos exercícios consecutivos e com uma subsidiária ou sucursal abrangida na União Europeia que exceda o limiar de 200 milhões de euros.	Define critérios substancialmente mais restritivos para empresas multinacionais externas que operam no mercado europeu.
CSDDD / CS3D (DEVER DE DILIGÊNCIA)	Empresas da União Europeia com mais de 1.000 trabalhadores e volume de negócios líquido mundial superior a 450 milhões de euros, com aplicação faseada.	Empresas da União Europeia com, cumulativamente, pelo menos 5.000 trabalhadores e volume de negócios líquido mundial superior a 1.500 milhões de euros; aplicação de critérios específicos às empresas de países terceiros.	Redução do número de empresas abrangidas e alteração do calendário de transposição e aplicação.
PMES E CADEIA DE VALOR	PMES cotadas integradas no cronograma obrigatório; forte recolha de indicadores na cadeia de valor de grandes empresas.	As PME cotadas deixam de integrar o âmbito obrigatório da CSRD. O regime estabelece proteção para empresas abrangidas pelo limite da cadeia de valor.	Os pedidos de informação na cadeia de valor ficam limitados pelo padrão voluntário aplicável, nos termos definidos no quadro revisto.

3

A REVISÃO DAS NORMAS ESRS E O PAPEL DO EFRAG

Em 3 de julho de 2026, a Comissão Europeia adotou dois atos delegados: um relativo às ESRS revistas e outro relativo a um padrão voluntário para empresas de menor dimensão fora do âmbito da CSRD. À data de 4 de setembro de 2026, estes atos aguardam publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a sua entrada formal em vigor.

Segundo as estimativas e o planeamento divulgados pela Comissão Europeia, os atos adotados incluem as seguintes alterações e objetivos fundamentais:

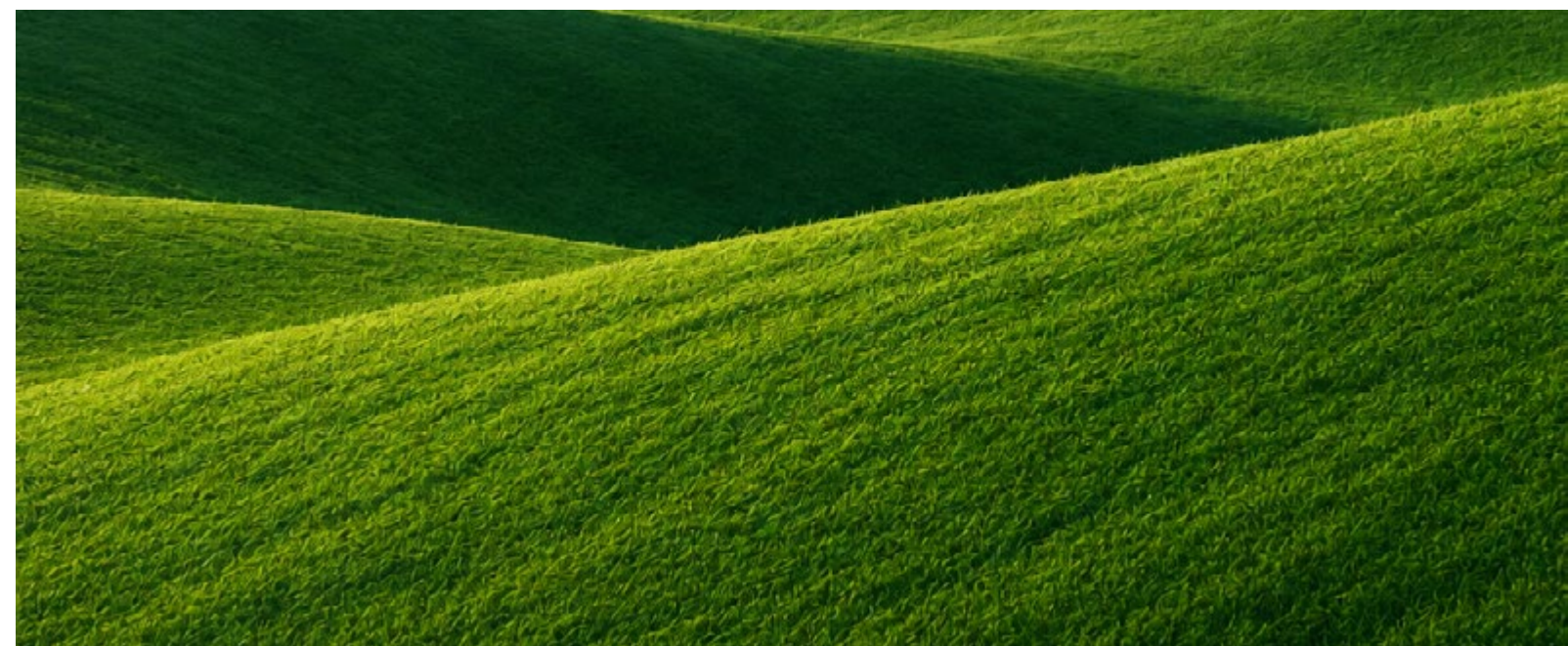
- Redução de pontos de dados: segundo a Comissão Europeia, as ESRS revistas reduzem em mais de 60% os pontos de dados obrigatórios e em mais de 70% o número total de pontos de dados relativamente ao referencial inicial.
- Eficiência de custos: a Comissão Europeia estima que as alterações possam reduzir os custos de reporte em mais de 30% por empresa. Trata-se de uma estimativa institucional, não de uma redução garantida para cada organização.
- Padrão voluntário: em 3 de julho de 2026, a Comissão Europeia adotou um padrão de relato voluntário destinado às empresas fora do âmbito obrigatório da CSRD. A Diretiva (UE) 2026/470 estabelece um limite aos pedidos de informação dirigidos às empresas protegidas da cadeia de valor, tendo por referência a informação prevista nesse padrão voluntário.
- ESRS-40a: em 23 de julho de 2026, o EFRAG publicou para consulta pública, até 31 de outubro de 2026, a Exposure Draft das ESRS aplicáveis a determinadas empresas de países terceiros. A proposta concentra o reporte nos impactos de sustentabilidade. O quadro legal prevê que os primeiros relatórios abrangidos respeitem aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2028, permanecendo a norma dependente da conclusão do processo de elaboração e da sua adoção pela Comissão Europeia.

4

O PONTO DE SITUAÇÃO REGULATÓRIO EM PORTUGAL

Em Portugal, de acordo com a informação disponibilizada pela Comissão Europeia e atualizada em 7 de agosto de 2026, não tinham sido comunicadas medidas nacionais de transposição da CSRD, cujo prazo de transposição terminou em 6 de julho de 2024. Encontrava-se pendente um processo de infração por falta de comunicação das medidas nacionais de transposição.

O Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a anterior Diretiva 2014/95/UE (NFRD), permanece como o principal normativo interno em vigor para a divulgação de informação não financeira pelas grandes empresas de interesse público. À medida que o quadro europeu transita para as normas ESRS, as organizações em Portugal devem planear a sua conformidade técnica de forma prudente, antecipando os novos limiares e requisitos europeus.



5

PERSPETIVAS ESTRATÉGICAS E LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA BDO

O reporte de sustentabilidade continua a evoluir rapidamente, exigindo que as organizações diferenciem com clareza os requisitos já obrigatórios, as propostas legislativas e as práticas voluntárias recomendadas.

No plano de supervisão, a ESMA defendeu que a fiscalização da informação de sustentabilidade no período inicial de transição das ESRS deve ser proporcional e realista, reconhecendo a curva de aprendizagem natural para todos os intervenientes.

Para apoiar a preparação das organizações para os requisitos atuais e futuros de reporte de sustentabilidade, podem ser consideradas três dimensões fundamentais:

- **Prontidão do Preparador:** Avaliação interna detalhada das competências das equipas, revisão dos processos internos e implementação de soluções tecnológicas e de transição digital para a automatização e rastreabilidade da recolha de dados ESG.
- **Prontidão do Ecossistema:** Alinhamento dos modelos de governação com a direção das normas internacionais de sustentabilidade (IFRS S1 e IFRS S2 do ISSB) e o mapeamento rigoroso da cadeia de valor, aproveitando as normas voluntárias para simplificar as solicitações de dados a terceiros.
- **Prontidão dos Sistemas de Suporte:** Envolvimento ativo das comissões de auditoria, capacitação dos órgãos de fiscalização e preparação atempada dos processos de garantia de fiabilidade (assurance) externa em conformidade com os novos referenciais internacionais de auditoria (como a norma ISSA 5000).

Este planeamento sistemático contribui para elevar a integridade da informação reportada, reforçar a transparência corporativa e melhorar a preparação para os requisitos regulatórios de reporte e supervisão.

Num contexto regulatório em rápida evolução, a antecipação continua a ser um fator crítico de sucesso. A BDO apoia organizações de todos os setores na definição de estratégias ESG, avaliações de materialidade, implementação de referenciais de reporte, preparação para processos de verificação e garantia da informação de sustentabilidade e adaptação aos novos requisitos europeus de sustentabilidade.

VERA DUARTE
MANAGER | SUSTAINABILITY AND ESG



Incentivos Verdes

Da transição climática à competitividade industrial

A transição verde entrou numa nova fase. Em 2026, falar de sustentabilidade já não significa apenas falar de cumprimento de metas ambientais ou de requisitos ESG. Cada vez mais, significa falar de **competitividade, autonomia estratégica, inovação e investimento industrial**.

A União Europeia reforçou esta orientação ao aprovar uma meta vinculativa de redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, face a 1990. Paralelamente, o *Clean Industrial Deal* procura transformar a descarbonização num verdadeiro instrumento de política industrial europeia. O novo enquadramento europeu de auxílios de Estado (CISAF - *Clean Industrial Deal State Aid Framework*) facilita, até 2030, a criação de apoios nacionais para energia limpa, descarbonização industrial, fabrico de tecnologias limpas e mobilização de investimento privado.

PORTUGAL 2030: INCENTIVOS MAIS ORIENTADOS PARA A TRANSIÇÃO
Em Portugal, esta nova orientação já

começa a materializar-se. O Sistema de Incentivos à Transição Climática e Energética (SITCE) apoia investimentos destinados a reduzir consumos de energia e emissões através da introdução ou substituição de equipamentos, processos e tecnologias de baixo carbono, podendo integrar igualmente fontes renováveis.

Também o STEP (*Strategic Technologies for Europe Platform*), Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa ganhou expressão em 2026 nos sistemas de incentivos portugueses, canalizando financiamento para o desenvolvimento e fabrico de tecnologias críticas, nomeadamente **tecnologias limpas e eficientes na utilização de recursos**, e para o reforço das respetivas cadeias de valor.

DA INOVAÇÃO À DESCARBONIZAÇÃO INDUSTRIAL

Ao nível europeu, o leque de instrumentos é igualmente cada vez mais diversificado. O *Innovation Fund*, financiado pelas receitas do mercado europeu de carbono, disponibilizou

€2,9 mil milhões no mais recente concurso para tecnologias net-zero. Em 2026, a primeira grande iniciativa europeia para descarbonização do calor industrial selecionou 65 projetos, com cerca de €400 milhões de apoio, estando prevista uma nova ronda de €1.000 milhões.

O Horizonte Europa também acompanha esta mudança. O programa de trabalhos 2026-2027 mobiliza €14 mil milhões, com cerca de €4,9 mil milhões destinados à ação climática e uma nova iniciativa de €540 milhões direcionada para tecnologias limpas e descarbonização da indústria.

E a tendência deverá intensificar-se. Para o período 2028-2034, a Comissão Europeia propõe um Horizonte Europa de €175 mil milhões, articulado com o futuro Fundo Europeu de Competitividade, no qual a **transição limpa e a descarbonização industrial** surgem como prioridades explícitas. A proposta está ainda em negociação, mas sinaliza claramente a direção do financiamento europeu para a próxima década.

CONCLUSÃO

Para as empresas, o desafio deixa assim de ser simplesmente identificar um “incentivo verde”. A vantagem estará em estruturar antecipadamente **roteiros de investimento**, quantificar poupanças energéticas e reduções de emissões, avaliar a maturidade tecnológica dos projetos e articular investimento, inovação e financiamento. Num contexto em que sustentabilidade e competitividade convergem, os incentivos podem ser o instrumento que transforma uma estratégia de descarbonização num projeto de investimento economicamente viável.

PEDRO OLIVEIRA ALMEIDA
PARTNER | INCENTIVOS



Responsabilidade Social Corporativa: criar valor para as pessoas e para a sociedade

Na BDO, a Responsabilidade Social Corporativa é muito mais do que um compromisso formal. É uma componente essencial da nossa cultura organizacional e da forma como conduzimos a nossa atividade, procurando gerar valor sustentável para todos os stakeholders: colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades e sociedade em geral.

Acreditamos que o crescimento das organizações deve estar alinhado com a criação de impacto positivo. Por isso, promovemos uma atuação assente em princípios de ética, integridade, inclusão, desenvolvimento humano e cidadania ativa. Este compromisso traduz-se em iniciativas que procuram contribuir para o bem-estar das pessoas, apoiar causas relevantes para as comunidades onde estamos presentes e reforçar uma cultura de responsabilidade e proximidade.

Os nossos colaboradores assumem um papel central nesta estratégia. Investimos continuamente no seu desenvolvimento profissional e pessoal, promovendo oportunidades de aprendizagem, progressão de carreira, diversidade de perspetivas e equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Procuramos criar um ambiente de trabalho inclusivo e participativo, onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capaz de contribuir para o sucesso coletivo.

Ao mesmo tempo, incentivamos o envolvimento dos colaboradores em iniciativas de voluntariado, ações solidárias e projetos de impacto social, reforçando o espírito de cidadania que caracteriza a nossa organização. A participação ativa das nossas pessoas é decisiva para transformar intenções em resultados concretos e para ampliar o impacto positivo que pretendemos gerar na sociedade.

Num contexto em que as expectativas dos diferentes stakeholders são cada vez mais exigentes, a Responsabilidade Social Corporativa constitui também um fator de confiança e diferenciação. Organizações capazes de integrar preocupações sociais, ambientais e de governação na sua estratégia fortalecem as suas relações com os seus públicos e contribuem de forma mais eficaz para um desenvolvimento sustentável.

Na BDO, continuaremos a assumir este compromisso com ambição e sentido de responsabilidade, conscientes de que o verdadeiro sucesso se mede não apenas pelos resultados alcançados, mas também pelo impacto positivo que deixamos nas pessoas, nas comunidades e nas gerações futuras.

ANA CABO GOMES

DIRETORA | RECURSOS HUMANOS



CBAM - Novas orientações reforçam a preparação das empresas para as obrigações de reporte e verificação.

O Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) entrou na sua fase definitiva em 2026 e continua a evoluir através de novas medidas de simplificação aprovadas pela União Europeia. As alterações procuram reduzir a carga administrativa para os pequenos importadores, mantendo o objetivo central de combater a fuga de carbono e incentivar cadeias de abastecimento mais sustentáveis.

O Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) é um instrumento da União Europeia criado para garantir que os produtos importados com elevada intensidade carbónica suportam um custo de carbono equivalente ao aplicado aos produtores europeus

no âmbito do Sistema de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). O mecanismo aplica-se atualmente a setores como o cimento, ferro e aço, alumínio, fertilizantes, eletricidade e hidrogénio, procurando reduzir o risco de fuga de carbono e promover uma concorrência mais equitativa entre produtores europeus e não europeus.

Após o período transitório que decorreu entre outubro de 2023 e dezembro de 2025, o CBAM entrou na sua fase definitiva a 1 de janeiro de 2026. Os importadores abrangidos passaram a ter de obter o estatuto de Declarante CBAM Autorizado, monitorizar as emissões incorporadas nos produtos importados e preparar a primeira declaração anual

CBAM, relativa às importações de 2026, cuja submissão deverá ocorrer até 30 de setembro de 2027. Paralelamente, foi introduzida uma isenção para importadores que não ultrapassem 50 toneladas anuais de determinadas mercadorias abrangidas, permitindo reduzir significativamente os encargos administrativos para pequenas e médias empresas.

À medida que a União Europeia reforça as suas políticas climáticas, o CBAM assume-se como um instrumento estratégico para promover cadeias de abastecimento mais transparentes e incentivar a redução das emissões de carbono a nível global. Neste contexto, as organizações deverão avaliar a sua exposição ao mecanismo, reforçar a recolha de informação junto dos fornecedores e preparar os processos internos necessários para cumprir os requisitos regulamentares e financeiros associados às importações abrangidas.

A BDO está comprometida em continuar a avaliar o impacto do CBAM nas organizações, assegurando uma adaptação eficaz às novas exigências europeias.

CÉLIA QUINGOSTAS FONSECA
MANAGER | EQS



Green Claims: credibilidade, transparência e verificação independente das alegações ambientais

A comunicação ambiental está a entrar numa nova fase de exigência. Num contexto em que consumidores, reguladores, investidores e restantes stakeholders procuram informação clara e fiável, as alegações ambientais ou green claims deixaram de ser apenas mensagens de marketing: são declarações que devem ser fundamentadas, verificáveis e coerentes com a realidade operacional das organizações.

Esta evolução é acompanhada pela legislação europeia. A [proposta de Diretiva Green Claims](#) prevê regras específicas para a substanciação e comunicação de alegações ambientais explícitas, constituindo um referencial relevante para a evolução futura deste enquadramento. Em paralelo, a [Diretiva \(UE\) 2024/825](#) reforça a proteção dos consumidores contra alegações ambientais enganosas, rótulos de sustentabilidade pouco credíveis e práticas comerciais suscetíveis de induzir em erro. Este enquadramento complementa a [Diretiva 2005/29/CE](#), relativa às práticas comerciais desleais.

Para as empresas, o desafio é claro: garantir que cada claim ambiental é claro, específico e suportado por evidência documentada. Afirmações genéricas como “sustentável”, “amigo do ambiente” ou “carbono neutro” exigem uma base técnica consistente, capaz de demonstrar a metodologia utilizada, o âmbito considerado, os dados de suporte e eventuais limitações.

Na BDO, apoiamos as organizações na preparação para este novo contexto regulamentar e reputacional, através da análise das alegações ambientais, revisão da documentação de suporte,

avaliação da rastreabilidade dos dados e identificação de oportunidades de melhoria nos processos internos de governação ESG, comunicação, marketing e compliance.

A credibilidade dos green claims depende da solidez da evidência: dados fiáveis, pressupostos claros, metodologias adequadas e documentação acessível. Este trabalho permite reduzir riscos legais e reputacionais, aumentar a confiança do mercado e preparar as organizações para requisitos futuros de verificação e escrutínio externo.

Mais do que cumprir uma obrigação, estruturar green claims robustos é uma oportunidade para demonstrar compromisso efetivo com a sustentabilidade. Num mercado cada vez mais atento à transparência, comunicar com rigor é também proteger a reputação, reforçar a confiança e criar valor.

PAULA TERESA MONTEIRO
MANAGER | EQS



ENTREVISTA

Filipa Pantaleão

Secretária-Geral do BCSD Portugal

O que mudou em Portugal no contexto da sustentabilidade nos últimos 25 anos?

Houve uma enorme evolução, sobretudo na forma como a sociedade olha para a sustentabilidade, como a pressão sobre as empresas é sentida e, sobretudo, pouco e pouco, como se tem vindo a enraizar a ideia que sustentabilidade e competitividade não são universos paralelos.

Há 25 anos, a sustentabilidade era encarada como uma questão essencialmente ambiental, focada nas alterações climáticas e/ou na responsabilidade social corporativa. Hoje, está absolutamente assente nos pilares ESG, transformando-se numa questão estratégica para as empresas, ligada à inovação, à transformação, à gestão do risco e à adaptação, à reputação, ao financiamento, às cadeias de valor e à capacidade de criar valor (partilhado) no longo prazo.

Também evoluiu muito o papel das empresas. Já não basta minimizar impactos negativos, é necessário compreender os impactos que

geramos, antecipar riscos, aproveitar oportunidades e contribuir para transformar. O exercício da dupla materialidade trouxe às empresas a capacidade de ganhar clarividência e pragmatismo para uma tomada de decisão mais informada, tornando os seus negócios mais preparados. Portugal fez um caminho muito significativo, temos hoje empresas mais conscientes, com mais conhecimento, com mais capacidade técnica e uma sociedade muito mais exigente. Iremos lançar o relatório de impacto dos 25 anos do BCSD Portugal, no qual poderão encontrar um ótimo resumo de como evoluímos nesta temática.

Qual a sua visão para os próximos 25 anos e qual o contributo que o BCSD Portugal pode dar?

Os próximos 25 anos serão desafiantes, o que despoleta a transformação. Começamos a viver uma combinação de desafios que se reforçam mutuamente, como as alterações climáticas, a pressão sobre recursos, a transformação tecnológica, a



inteligência artificial, a geopolítica, as mudanças demográficas e novas exigências sociais. Por isso, não acredito que o futuro possa ser construído através de uma lógica de continuidade. Pelo contrário, as empresas melhor sucedidas serão aquelas que conseguirem disromper, prosperando dentro dos limites do planeta e contribuindo para sociedades responsáveis, inclusivas e preparadas para um contexto de grande incerteza. O papel do BCSD Portugal será ajudar as empresas a navegar essa complexidade. Continuaremos a ser uma plataforma de conhecimento, colaboração e ação coletiva. A **Visão 2050** que estamos a construir assenta precisamente nesta ambição de preparar as empresas para futuros ainda sem nome, transformar desafios em oportunidades e acelerar soluções que gerem valor económico, social e ambiental.

Quais considera serem hoje os principais desafios e oportunidades para as empresas portuguesas que pretendem integrar a sustentabilidade de forma competitiva nos seus modelos de negócio?

O primeiro desafio é abertura à mudança. Muitas empresas já reconhecem a importância da sustentabilidade, o passo seguinte é integrá-la efetivamente na estratégia, no investimento, na inovação e na tomada de decisão. Outro desafio é a complexidade. As

empresas enfrentam simultaneamente desafios climáticos, regulatórios, tecnológicos, geopolíticos e sociais. Precisam de capacidade para distinguir o que é estrutural do que é conjuntural para tomar decisões num contexto de grande incerteza. Continuamos a trabalhar de olhos postos nos resultados de curto prazo quando as decisões de sustentabilidade exigem visão, investimento e transformação a médio e longo prazo. Mas vejo sobretudo oportunidades. A transição para uma economia mais sustentável vai criar novos mercados, novos produtos e novos modelos de negócio. Eficiência de recursos, circularidade, energias renováveis, mobilidade, alimentação, construção, tecnologias digitais e soluções para adaptação às alterações climáticas são apenas alguns exemplos. Para Portugal, existe ainda uma oportunidade particularmente importante: usar a sustentabilidade para reforçar a nossa competitividade. Não devemos olhar para a transição como um custo de adaptação. Devemos encará-la como uma oportunidade para inovar, diferenciar empresas, criar emprego qualificado e posicionar Portugal em cadeias de valor do futuro, dada a enorme evolução que foi feita este século nas energias renováveis. A empresa sustentável do futuro não será aquela que simplesmente cumprir ou reportar melhor, bem pelo contrário, o foco deverá estar na estratégia de negócio.

Que mensagem gostaria de deixar às novas gerações de líderes empresariais sobre o papel que terão na construção de uma economia mais sustentável?

Diria que não esperem por condições perfeitas para agir. Os grandes desafios empresariais e da sociedade vão operar num contexto de grande incerteza. À nova geração de líderes cabe pensar para além dos ciclos de curto prazo e construir empresas que sejam competitivas não apenas hoje, mas também daqui a 10, 20 ou 25 anos

e com capacidade de criar valor duradouro para as pessoas, para as empresas e para o planeta. E deixaria uma segunda mensagem: ninguém vai construir esta transformação sozinho. Precisamos de colaboração, de diversidade de perspetivas e da capacidade de aprender uns com os outros. Os líderes do futuro terão de ser simultaneamente estrategas, inovadores, empáticos e agentes de mudança.



Jorge Castanheira Alves e Gonçalo Raposo Cruz
Assinatura da carta no jantar anual de presidentes do BCSD

ENTREVISTA

Teresa Themudo

Diretora Executiva da Grace



O que distingue uma empresa verdadeiramente responsável?

Uma empresa verdadeiramente responsável é aquela que integra a sustentabilidade na forma como faz negócio - e não numa iniciativa paralela à sua atividade.

Isso significa ir além do compliance e dos requisitos de reporte, integrando as dimensões ambientais, sociais e de governance nas decisões estratégicas, na gestão de riscos, na inovação, na relação com as pessoas e na criação de valor.

Mas significa também assumir responsabilidade pelo impacto que gera e ter a coragem de o medir, de o comunicar com transparência e, quando necessário, de reconhecer aquilo que ainda precisa de melhorar.

No GRACE acreditamos que uma empresa responsável é aquela que olha para o longo prazo sem perder de vista as decisões que tem de tomar hoje. É uma empresa que compreende que competitividade e sustentabilidade não são agendas distintas: estão cada vez mais interligadas.

Onde está hoje o maior défice de ação das empresas em sustentabilidade?

Diria que o principal desafio está na passagem do compromisso à execução.

Nos últimos anos, assistimos a uma evolução muito significativa na consciência das empresas. A sustentabilidade entrou nas agendas dos boards, foram definidos compromissos, metas e estratégias e houve um enorme investimento em conhecimento e capacitação.

O desafio agora é garantir que essa ambição se traduz em transformação efetiva do negócio e que não há uma travagem ou um retrocesso.

Ainda existe, em muitos casos, uma distância entre aquilo que uma empresa afirma querer alcançar e aquilo que está efetivamente a fazer: nas decisões de investimento, na cadeia de valor, na gestão das pessoas, nos produtos e serviços, na relação com a comunidade ou na definição de prioridades.

Precisamos de passar de uma lógica de resposta e conformidade para uma lógica de antecipação e criação de valor. E isso exige liderança, recursos, conhecimento e, sobretudo, consistência.

Como transformar compromissos ESG em impacto concreto e mensurável?

Começando por integrar os compromissos ESG na estratégia e na gestão do negócio, com objetivos claros, recursos adequados e indicadores que permitam acompanhar resultados. Não basta estabelecer uma meta de redução de emissões,

de diversidade ou de circularidade. É necessário perceber que decisões concretas têm de ser tomadas para a alcançar, quem é responsável por elas e como vamos medir a evolução.

Acredito também que é fundamental escolher prioridades. Nem todas as empresas têm os mesmos impactos, riscos ou oportunidades, e uma estratégia de sustentabilidade eficaz deve partir da realidade de cada organização e da sua cadeia de valor.

Por fim, medir é essencial, mas não chega. É preciso aprender com os resultados, corrigir o que não está a funcionar e partilhar conhecimento. O verdadeiro impacto acontece quando a sustentabilidade deixa de ser apenas uma meta e passa a influenciar decisões do dia-a-dia.

Que mudança gostaria de ver nas empresas portuguesas até 2030 e qual pode ser o contributo do GRACE?

Gostaria de chegar a 2030 com empresas portuguesas mais ambiciosas, mais preparadas e mais conscientes de que a sustentabilidade é uma condição para a sua resiliência e competitividade.

Gostaria de ver organizações capazes de antecipar riscos e oportunidades, de transformar desafios ambientais e sociais em inovação e de integrar verdadeiramente a sustentabilidade nos seus modelos de negócio. E gostava, sobretudo, de ver uma maior

capacidade de colaboração: entre empresas, com o setor público, com a academia, com a sociedade civil e ao longo das cadeias de valor.

O GRACE pode ter aqui um papel muito relevante. A nossa missão é aproximar conhecimento e prática, criar espaços de colaboração, promover a partilha de experiências e dar voz às empresas na construção de soluções e políticas públicas mais eficazes.

Queremos continuar a ser um parceiro das empresas nas diferentes etapas da sua jornada de sustentabilidade, ajudando-as a transformar conhecimento em ação e ação em impacto.

Acreditamos que a sustentabilidade não deve ser vista como um destino que as empresas têm de alcançar. É um percurso contínuo de transformação - e quanto mais cedo o fizermos, mais preparadas estaremos para o futuro.

Os nossos (cerca de 400) Associados são os melhores e um bom benchmark do que deve ser uma Empresa Responsável! E é, também, por eles que no próximo dia 24 de novembro, vamos realizar o 2º Congresso GRACE. Um encontro que reunirá líderes empresariais, especialistas e decisores para refletir sobre o que realmente sustenta o futuro — e como transformar sustentabilidade em vantagem estratégica. Contamos com **todos!**



ENTREVISTA

Eng.º Mário Parra da Silva

Presidente da Direção da APEE
Associação Portuguesa de Ética Empresarial



As empresas portuguesas estão hoje mais éticas ou apenas mais conscientes dos riscos reputacionais?

As empresas são por natureza éticas. Os empresários (ou que assim se consideram) é que podem não ser entusiastas da ética porque, por vezes, valorizam mais a concorrência como uma competição “vale tudo”. Isto já não é verdade (nunca foi) no desporto, que hoje fala muito de ética e nas empresas a necessária convergência de valor entre capital, fornecedores, trabalho, clientes, utilizadores etc., exige um grande nível de confiança mútua e de interajuda que só existe com ética na governação da organização e nos seus processos.

Qual o contributo da APEE para um modelo de desenvolvimento que seja sustentável?

A APEE tem defendido que o atual modelo de desenvolvimento baseado no consumismo, na valorização da posse e na monetarização de todas as atividades humanas não poderá subsistir porque abusa dos recursos disponíveis, invade todos os espaços e destrói a Natureza e trata o Ser Humano como uma mera unidade económica. A Sustentabilidade será própria de um modelo em que fabricamos o que precisamos, consumimos o que necessitamos, valorizamos o Ser e o Saber, e aceitamos o Ser Humano na sua vida nas dimensões gregária, social, familiar, criadora e espiritual. Produzir não pode ser um fim em si, é um meio

para cuidar das aspirações do indivíduo e da sociedade, e essas aspirações não podem ser objeto de manipulação com fins meramente comerciais. Esta é a utopia da sustentabilidade, será um alvo que se persegue, mas que se não alcança porque a natureza Humana é o que é. Por isso é essencialmente uma questão ética.

Neste percurso teremos sempre de manter a competitividade e a eficácia económica, senão nada mais será possível.

A tecnologia e a inteligência artificial estão a criar novos dilemas éticos. Estamos preparados para lhes responder e que princípios não podem ser comprometidos?

Não estamos preparados, nem poderíamos estar porque as ameaças ainda não se revelaram plenamente. Mas a inteligência humana, a criatividade e a capacidade de reagir, dar-nos-ão as respostas necessárias. Temos de traçar as linhas vermelhas. Definir as fronteiras éticas que não poderão ser ultrapassadas sem reação. Os Direitos Humanos não poderão ser postos em causa, a liberdade do indivíduo, a livre circulação dentro da lei do estado, o exercício da democracia, as igualdades, o respeito e os direitos associados à propriedade, à liberdade de informação, o direito à opinião, etc. Por vezes, para melhor nos “proteger”, o Estado, ou melhor os seus

Agentes, limitam gravemente estas dimensões éticas da vida social. Temos de desenvolver entidades da sociedade civil que se assumam como “watchdogs” de quem, dizendo que nos quer proteger, nos impõe cada vez mais obrigações e limitações.

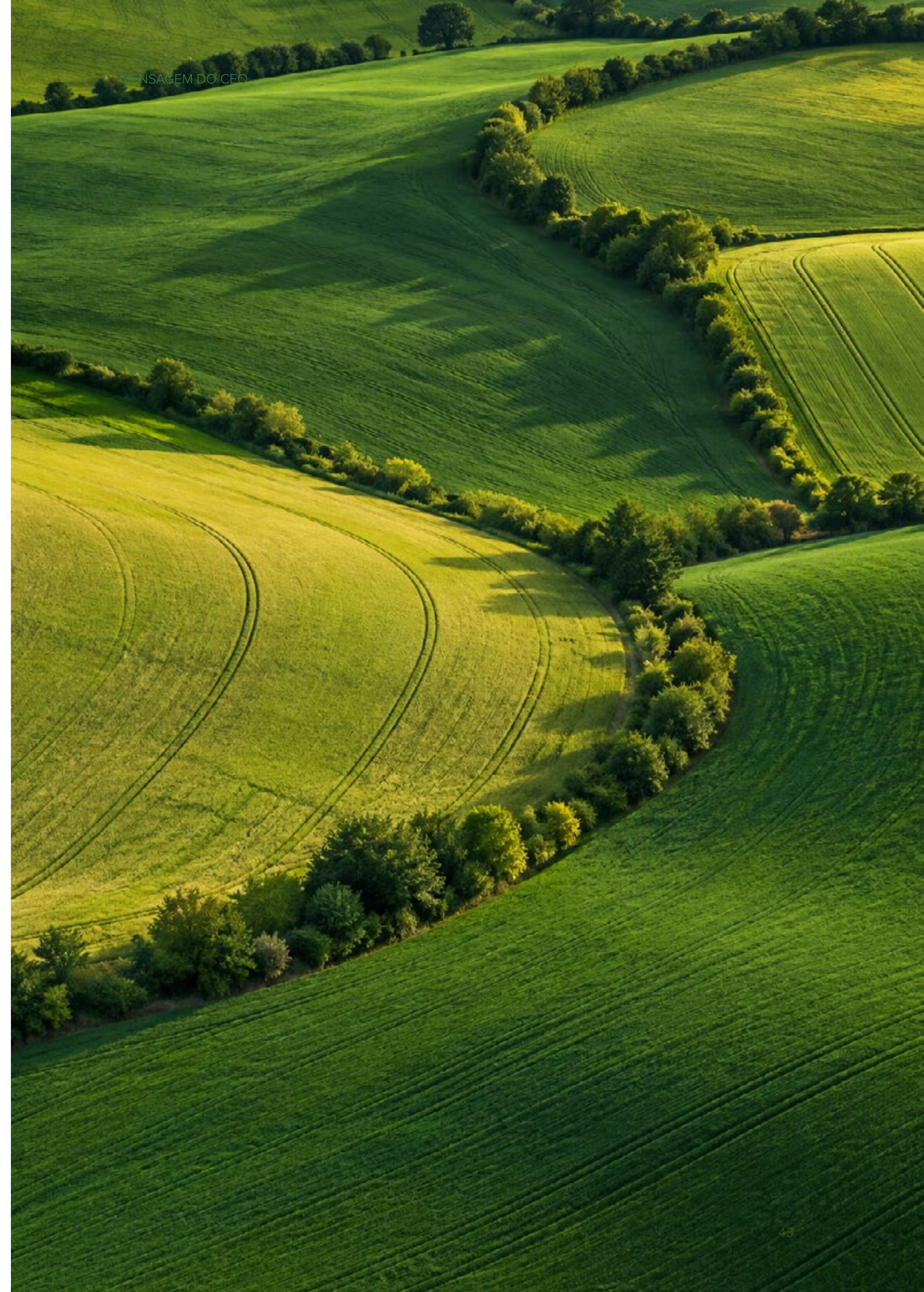
Qual é hoje a maior ameaça à confiança entre as empresas, os seus trabalhadores e a sociedade?

Quase todos trabalhamos em empresas, sejam privadas, públicas, municipais, cooperativas, sociais. Não temos um ambiente de desconfiança, as pessoas compram com base em declarações, rótulos, prazos, garantias, promessas, todas emitidas pelas empresas produtoras dos bens que usam.

Mas subsistem demagogos que sistematicamente tentam atribuir intenções maléficas à empresa, em

geral, como se o simples fato de ser uma organização que procura eficácia económica e rentabilidade, já fosse prova de uma maldade intrínseca. Há sempre quem adote teorias de conspiração, quem veja o mal no que não conhece, quem inveje o sucesso que não teve, quem olhe para a desigualdade e não veja o mérito e trabalho que lhe deu origem.

As empresas têm de cuidar da sua reputação, mostrar o que fazem, quem empregam, o que pagam, como contribuem, como geram valor para o ecossistema social. Através (também) de relatórios ESG, e de ações de integração no corpo da sociedade. É uma tarefa que não finda, também essencial para os investidores, clientes, e outros públicos, porque todos são sensíveis à reputação da organização.



CLIENTES EM DESTAQUE: SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO

Conheça algumas das iniciativas ESG desenvolvidas por clientes da BDO, demonstrando como a sustentabilidade se traduz em investimento, inovação, responsabilidade social, descarbonização e criação de valor.



A RESPOSTA DA EDA AOS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A gestão do sistema elétrico nos Açores enfrenta desafios únicos, impulsionados pelo contexto insular, pela crescente integração de energias renováveis e pela necessidade de garantir segurança do abastecimento e eficiência. A EDA tem sido pioneira na procura por soluções inovadoras que permitam superar as limitações técnicas e operacionais, como a falta de interconexão com outras redes, a intermitência da produção renovável e a necessidade de modernizar infraestruturas. Neste cenário, a inovação torna-se um vetor estratégico, essencial para responder à transição energética, promover a descarbonização e assegurar a resiliência do sistema elétrico regional. Por outro lado, a Estratégia de Descarbonização da EDA constitui um dos pilares da sua Estratégia de Sustentabilidade, promovendo a redução das emissões de gases com efeito de estufa e refletindo o compromisso da empresa na transição energética para um modelo mais sustentável. No âmbito

desta estratégia, encontram-se previstas 18 medidas, das quais 10 são direcionadas à redução das emissões de âmbito 1, através da promoção da integração de energias renováveis, da otimização do sistema elétrico e do desenvolvimento de soluções de armazenamento. Esta abordagem evidencia o compromisso do Grupo EDA com a sustentabilidade ambiental e com a prossecução dos objetivos de descarbonização da Região Autónoma dos Açores.

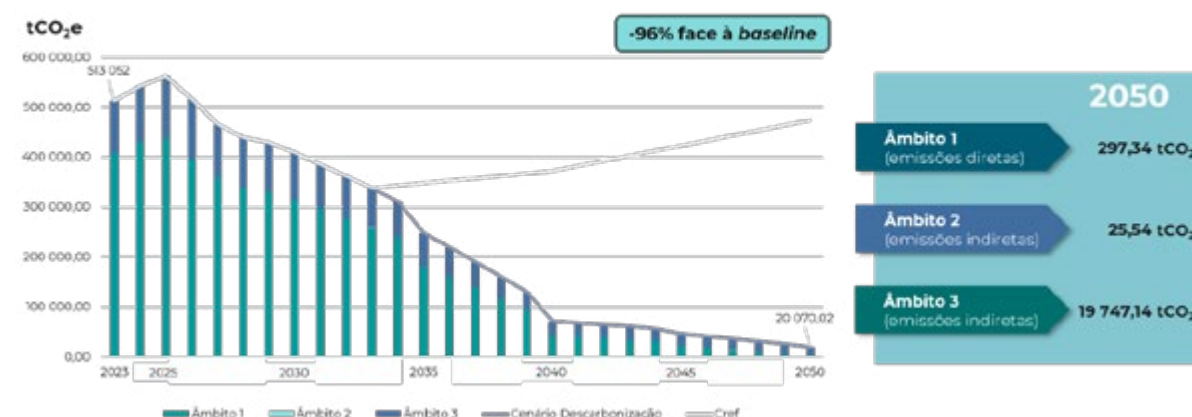


BRUNO VIEIRA
Diretor de Inovação e Sustentabilidade



FLÁVIO PIMENTEL
Chefe Departamento Ambiente
Direção de Inovação e Sustentabilidade

CENÁRIO DE DESCARBONIZAÇÃO EM 2050



DA PRODUÇÃO AO IMPACTO: ENERGIA SOLAR NA ETSA

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DO GRUPO ETSA

No Grupo ETSA, em Loures, telhados e zonas de estacionamento passaram a produzir energia. O projeto fotovoltaico instalou 1.124 painéis solares, totalizando 663,16 kWp e uma produção anual estimada de cerca de 1 GWh, gerando eletricidade no próprio local onde é consumida.

A projeção aponta para 477,5 toneladas de CO₂ evitadas por ano, o equivalente ao carbono absorvido por cerca de 8.000 árvores ao longo de uma década, às emissões de 1,9 milhões de km percorridos por um automóvel médio (cerca de 47 voltas à Terra) ou à emissão associada ao consumo de 203 mil litros de gasolina.

O impacto já está a ser medido: em julho

de 2026, a central produziu 96.888 kWh, dos quais 97,7% foram autoconsumidos, evitando 46 toneladas de CO₂ nesse mês.

Mais do que instalar painéis solares, a ETSA transformou áreas existentes em fontes de energia renovável. Uma solução que reduz a dependência da rede, gera valor e permite medir, com dados reais, o impacto ambiental alcançado.

Um exemplo de sustentabilidade na operação: transformar recursos, reduzir impactos e criar valor.

Na ETSA transformar também é encontrar novas formas de gerar valor para o negócio e para o planeta.



WORLDS FIRST ETHANOL-POWERED VERY LARGE ORE CARRIER ENGINE COMPLETES R&D TEST

Everllence has successfully tested and verified the worlds first B&W G80 ethanol-capable engine at HD Hyundai Heavy Industries Engine and Machinery division in Korea. The engine will power the third of 10 Very Large Ore Carriers ordered by Shandong Shipping for charter to Brazilian mining and logistics company Vale, with vessel delivery scheduled for early 2027.

The milestone transforms the G80 platform into a flexible tri-fuel engine capable of operating on fuel oil, methanol, ethanol, or blends of methanol and ethanol. Developed under a cooperation agreement signed by Everllence and Vale in February 2026, the engine is based on the proven B&W ME-LGIM technology.

The project supports Vales strategy to reduce emissions across its maritime logistics chain while maintaining efficiency, reliability and safety. It also strengthens Everllences leadership in alternative-fuel propulsion, expanding its portfolio across methane, methanol, ammonia, ethane, LPG and ethanol as shipping moves toward scalable decarbonization solutions.



FERNANDO MARCOS
Senior Sales Manager Marine



JORNADA DE SUSTENTABILIDADE DA PORTWAY

O ano de 2025 marcou o início formal da Jornada de Sustentabilidade da Portway. Partimos de uma convicção: a sustentabilidade tem de se pensar com estrutura, dados e metas e ser integrada na forma como operamos.

Começamos com um diagnóstico de maturidade ESG, um benchmark setorial e o diálogo com os nossos stakeholders. A análise de dupla materialidade deu origem à primeira Estratégia de Sustentabilidade da empresa, estruturada em quatro eixos: Excelência no Serviço, Foco na Equipa, Responsabilidade Ambiental e Social, e Resiliência e Estratégia de Negócio, traduzindo a nossa ambição em objetivos e ações mensuráveis.

Neste sentido, já reforçamos a cultura de segurança e proximidade com a operação, a liderança e o desenvolvimento das equipas, bem como a gestão de risco, a cibersegurança e a compliance.

Na vertente ambiental, atingimos 40% de veículos de placa elétricos e alargámos o uso de biocombustíveis (HVO e B100), evitando mais de 500 toneladas de CO₂. Desenvolvemos ainda iniciativas de economia circular e upcycling a partir do nosso fardamento, e mantivemos iniciativas solidárias no âmbito social.

O próximo passo é dar transparência a este percurso: vamos publicar o nosso primeiro Relatório ESG, que será o instrumento através do qual prestamos contas e medimos progresso. Queremos assim acompanhar os clientes nos seus próprios objetivos de descarbonização e dar às nossas equipas algo que vai além do desempenho de um ano: uma visão de longo prazo sobre a empresa que estamos a construir.

INÊS PONTE
Quality & Environmental Responsible



WE CARE WE VALUE WE CHALLENGE.

Acreditamos que a sustentabilidade é um compromisso essencial para um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a preservação do meio ambiente e o bem-estar das pessoas. No Grupo SAICA e em particular na SAICA Pack Portugal, unidade de Lisboa, a sustentabilidade integra a nossa estratégia e decisões do nosso dia a dia, assente nos nossos valores We Care We Value We Challenge.

A nossa responsabilidade com a proteção do ambiente traduz-se em iniciativas concretas, das quais destacamos a certificação ISO 14001 e a certificação Selo Zero, que reconhece a meta de zero resíduos enviados para aterro, alinhadas com o nosso modelo de gestão sustentável baseado nos princípios da economia circular. Em paralelo, a implementação de medidas de redução do desperdício e do consumo de energia contribuem para uma utilização mais eficiente dos recursos, promovendo a diminuição do impacto ambiental associado às nossas operações.

As pessoas, o nosso maior valor, ocupam um lugar central na nossa visão de sustentabilidade. A segurança e a saúde no trabalho são uma prioridade, sustentadas por práticas preventivas

no dia a dia. Simultaneamente, o nosso plano de formação contínua dos colaboradores promove o desenvolvimento de competências e a melhoria contínua dos processos.

Através destas iniciativas, reafirmamos o nosso compromisso com a criação de valor sustentável para os colaboradores, clientes, comunidade e gerações futuras.

Esta orientação estratégica conta ainda com o apoio especializado da BDO, nas áreas do Ambiente e da Segurança, contribuindo para a evolução contínua do nosso desempenho.



PATRÍCIA PRUDÊNCIO
Diretora da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho

PARCERIA COM O EVOA REFORÇA LIGAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E BEM-ESTAR

Em 2026, a Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, E.P.E. (ULSETEJO) estabeleceu uma parceria de colaboração com o EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves, promovendo uma maior aproximação entre sustentabilidade ambiental, saúde e bem-estar.

A iniciativa integra-se no compromisso da ULSETEJO com a promoção da literacia ambiental e da adoção de comportamentos mais sustentáveis, reconhecendo a relação entre a qualidade dos ecossistemas, a saúde das populações e a qualidade de vida.

Ao longo do ano, a parceria tem proporcionado momentos de sensibilização e aprendizagem sobre o património natural da Lezíria do Tejo, incluindo uma exposição dedicada à observação de aves e uma sessão dirigida aos colaboradores, subordinada ao tema “Ambiente, Saúde e Bem-Estar: Cuidar da Natureza, cuidar de nós”.

O protocolo contempla ainda condições especiais de acesso às atividades do EVOA para os profissionais da ULSETEJO e respetivas famílias, incentivando o contacto com a natureza e a educação ambiental.

Esta parceria traduz uma visão integrada da sustentabilidade, valorizando simultaneamente as suas dimensões ambiental e social, e reforçando a ideia de que promover saúde passa também por criar condições para uma relação mais consciente e sustentável com o ambiente que nos rodeia.



CARLA NUNES ROCHA TÉCNICA
Técnica Superior do Serviço de Gestão da Qualidade



SERVIÇOS BDO

SUSTENTABILIDADE E ASSESSORIA ESG

Na BDO, a nossa assessoria ESG está pensada para acompanhar organizações nos vários níveis de maturidade - desde os primeiros passos até à plena integração estratégica. O nosso objetivo é transformar desafios em oportunidades, ajudando cada entidade a desenhar, implementar, reportar e auditar práticas ESG com rigor, clareza e impacto. Oferecemos um portfólio completo de serviços, incluindo:

- Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS, GRI, VSME)
- Consultoria e verificação de relatórios de sustentabilidade (ESRS, GRI, VSME)
- Auditorias a relatórios de sustentabilidade (ESRS, GRI, VSME)
- Estratégia ESG
- Finanças sustentáveis
- Alterações climáticas e planos de descarbonização
- Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852)
- Relatórios Do No Significant Harm (DNSH)
- Due Diligence ESG em transações
- Due Diligence na cadeia de valor ESG
- Estudos de Avaliação de Impacto Social
- Formação ESG (Diretiva CSDR; Normas ESRS, VSME).

ENVIRONMENT QUALITY AND SAFETY EQS

A BDO EnviEstudos, desenvolve um conjunto de serviços especializados de consultoria e verificação nas áreas do Ambiente, Qualidade e Segurança, que visam, de forma isolada ou integrada, garantir soluções técnica e economicamente ajustadas à natureza e dimensão das organizações. Estes serviços são prestados por técnicos qualificados e experientes, muitas vezes em equipas multidisciplinares sempre orientadas para a obtenção de resultados. Algumas destas competências e serviços são reconhecidos externamente através de processos independentes de acreditação, certificação e autorização por entidades oficiais ou outras, nomeadamente IPAC, ACT, DGERT, EIC, ACA, etc



JORGE CASTANHEIRA ALVES

Partner

M. (+351) 937 500 003

jorge.alves@bdo.pt



VERA DUARTE

Manager

M. (+351) 910 465 332

vera.duarte@bdo.pt



A BDO & Associados, SROC, S.A., a BDO Consulting, Lda., a BDO Outsourcing, Serviços de Contabilidade e Organização, S.A., a BDO II Advisory, S.A., a BDO EnviEstudos, S.A. e a BDO, Domingues & Associado, SROC, Lda., sociedades registadas em Portugal, são membros da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e fazem parte da rede internacional BDO de firmas independentes. BDO é a marca da rede internacional BDO e para cada uma das Firmas Membro BDO.

Copyright © setembro, 2026, BDO Portugal. Todos os direitos reservados. Publicado em Portugal.

www.bdo.pt